

## **Resumo do Parecer de Início – Ímãs de ferrite (cerâmicos) em formato de anel**

No dia 26 de fevereiro de 2021, a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério da Economia publicou, no Diário Oficial da União, a Circular SECEX nº 16, que deu início à revisão de medida antidumping aplicada sobre as importações brasileiras de Ímãs de ferrite (cerâmicos) em formato de anel, originárias da China.

O produto está sujeito a medida antidumping, sob a forma de alíquota **específica**, de US\$ 570,73/t quando originário da China; A alíquota do imposto de importação vigente para a correta classificação desse produto é de 16%.

Constatou-se a existência de indícios de continuação de dumping, e de dano à indústria doméstica em decorrência dessas importações. O período de análise de retomada de dumping compreendeu de julho de 2019 a junho de 2020 e o período de análise de retomada dano de julho de 2015 a junho de 2020.

Dessa forma, a revisão da medida antidumping foi iniciada a partir de petição, protocolada em 30 de outubro de 2020, pela Altom Indústria e Comércio de Ímãs Ltda., a qual representou a totalidade da produção nacional de Ímãs de ferrite (cerâmicos) em formato de anel no período de análise da continuação/retomada do dano. Ao longo da instrução, que poderá durar de 10 a 12 meses, espera-se contar com a participação das partes interessadas, que poderão se habilitar nos autos do processo MDIC/SECEX 52272.005629/2020-00 por meio do Sistema DECOM Digital (SDD), pelo endereço eletrônico [decomdigital.mdic.gov.br](http://decomdigital.mdic.gov.br).

Ainda, em casos de revisão de medida antidumping, a avaliação de interesse público é facultativa, a critério da SDCOM ou com base em questionário de interesse público apresentado por partes interessadas. As partes interessadas no processo de avaliação de interesse público disporão, para a submissão da resposta ao questionário de interesse público, do mesmo prazo inicial concedido para a restituição dos questionários de importador da revisão de final de período em curso. Os questionários de interesse público estão disponíveis no endereço eletrônico <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-externor/pt-br/assuntos/comercio-externor/defesa-comercial-e-interesse-publico/questionario-de-interesse-publico>.

Eventuais pedidos de prorrogação de prazo para submissão do questionário de interesse público, bem como respostas ao próprio questionário de interesse público deverão ser protocolados no âmbito dos processos nº 19972.100284/2021-15 (confidencial) ou nº 19972.100285/2021-51 (público) do Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, observados os termos dispostos na Portaria SECEX nº 13, de 2020.

Ressalta-se que a condução de processo administrativo de revisão das medidas antidumping assegura a todas as partes envolvidas (produtores domésticos, exportadores e importadores do produto investigado e os governos dos países envolvidos) o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos termos do Decreto 8058/2013 e do Acordo Antidumping da OMC.

*O direito antidumping permanecerá em vigor, nos termos do § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, enquanto perdurar a revisão.*